

É com agrado que hoje submetemos a este executivo municipal uma proposta de abertura de procedimentos para a concessão da gestão de Eficiência Energética para a Iluminação Pública.

Já na reunião de Câmara de 21/3/2021, o Somos Coimbra criticou o executivo anterior de nada fazer para reduzir a fatura sobre o consumo de energia elétrica relacionada com a iluminação pública, numa ação de eficiência energética, contribuindo ainda para uma significativa redução das emissões de gases com efeito de estufa, sem perda de qualidade da iluminação.

Ao longo da última década, Coimbra parou no tempo, enquanto um número alargado de municípios, de norte a sul do país, recorrendo a diferentes fontes de financiamento, a ESEs (empresas de serviços energéticos) ou empréstimos bancários, concretizaram total ou parcialmente a substituição das luminárias por tecnologia LED. Atualmente **57 municípios** já dispõem de Contratos de Eficiência Energética, havendo vários outros municípios com processos em curso.

Só em 2017, a Câmara Municipal (CM) de Coimbra estabeleceu protocolo com a EDP para substituir progressivamente as luminárias por tecnologia LED, contudo e face aos objetivos estabelecidos por esta empresa, e que passam pela substituição de pouco mais de 200 mil luminárias por ano em todo o país, o ritmo de substituição é demasiado lento, pelo que só dentro de mais de uma década estaremos em condições de cobrir todo o concelho. Até lá, mantêm-se gastos avultados em iluminação pública, agravado pelos inerentes impactes em termos ambientais.

Atualmente, de acordo com o último levantamento da E-Redes, em julho 2023, verifica-se que existem no concelho de Coimbra 39.530 luminárias, sendo que 23.119, o que corresponde a 58% do todo o parque continuam a ser “Não LED”. Mais de 64% dos custos com energia elétrica suportados pelo município são relativos a iluminação pública, mantendo-se a fatura anual em cerca de 2,7 milhões de euros. Se tivermos em consideração que a simples substituição das luminárias tradicionais por tecnologia LED acarreta uma poupança energética garantida de 60% podendo acrescer mais 15 a 20% com a incorporação de um sistema de telegestão, rapidamente se percebe o enorme erro que resulta “do nada fazer”!

Por isso esta ação foi integrada nos objetivos estabelecidos no programa eleitoral do Juntos Somos Coimbra, o qual pretendemos agora concretizar. Desde a tomada de posse que este processo tem vindo a ser preparado, tendo-se para o efeito recebido e visitado diversas ESE e municípios que dispõem de Contratos de Eficiência Energética, de forma a percebermos dificuldades, riscos e soluções.

A proposta aqui submetida à apreciação deste executivo, vai ser detalhadamente apresentada pelo Sr. Diretor do Departamento do Espaço Público, Eng.º Santos Costa, a quem desde já agradeço todo o empenho, trabalho extraordinário e colaboração neste processo, assim como a toda a equipa multidisciplinar que o apoiou. A proposta enquadra-se no Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho e assenta num contrato de concessão com uma Empresa de Serviços Energéticos (ESE), pelo prazo contratual de 15 anos, correspondente à vida útil previsível para as luminárias e, inclui:

- Substituir as 23.119 unidades luminárias convencionais (sódio e mercúrio) ainda existentes, por outras com tecnologia LED;
- Implementar um sistema inteligente de telegestão, que permita monitorizar o funcionamento das luminárias (níveis de luminância variáveis, consoante objetivos pré-determinados);
- Implementar 2 provas de conceito (pilotos): um no domínio da mobilidade (contagem automática e classificada de veículos e de peões; outro no domínio dos espaços verdes para gestão e monitorização de sistema de rega.

Tendo por base a análise financeira desenvolvida pelos serviços técnicos, onde se assume o aumento do custo de energia de 3% ao ano e a repartição do lucro entre a CMC e a ESE é a mais desfavorável para o Município, ou seja 10% a favor da CMC e 90% para a ESE (nos termos estabelecidos na Cláusula 6.ª–Remuneração” da Portaria n.º 671/2022 de 9 de setembro), estima-se que o município poupe em média, cerca de 130 mil€/ano , e acumulado no final dos 15 anos, pelo menos, **2 086 495,50€**. Contudo e tendo por base o levantamento apresentado no anexo à informação técnica, constata-se que a repartição média a nível nacional se situa próxima dos 25%, pelo que este valor pode facilmente atingir **os cerca de 5 milhões €**.